



ATA N.º 5/2025

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DE 2025
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 24 DE JUNHO DE 2025

-----No dia 24 de junho de 2025, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de junho de 2025 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 23 de junho de 2025 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 4 - *Apreciação e votação do Relatório Final referente à elaboração do Estudo Estratégico de Intervenção no Centro Histórico da Cidade de Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de constituição do Júri de recrutamento do procedimento concursal a desenvolver para preenchimento do cargo de Comandante Municipal de Polícia - Cargo de direção intermédia de 1.º grau;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta do Plano Estratégico para os Transportes Municipais - AONDA;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento a celebrar entre o Município de Lagos e a AMAL - AMAL/Municípios - VAMUS 2026-2034;*
- PONTO 8 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 41 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Joaquim Manuel Martins Lopes
PS	José António dos Santos Guerreiro
PS	José António Espírito Santo Nunes (Secretário da Junta de Freguesia da São Gonçalo de Lagos)



Fl. 84v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (Presidente)
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Manuela Margarido Rodrigues
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto (1.ª Secretária)
PSD	Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
CHEGA	Paulo Jorge Rosário Dias
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**ENTROU NO DECORRER DA REUNIÃO**, no momento assinalado na Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	Reunião	Madeleine Filipe Fernandes da Silva
CDU	Ana Paula Pereira Viana	Reunião	Manuel Diogo Marques Catarino Macedo Caixeiro



GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia São Gonçalo de Lagos)	Solicitou substituição para a Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	José António Espírito Santo Nunes (Secretário da Junta de Freguesia da São Gonçalo de Lagos)	Substitui o Sr. Carlos Saúde
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para a Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais.
PS	Luís Manuel Carrasqueiro Barros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. João Reis

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DO SEGUINTE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA SESSÃO:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDU	Manuel Diogo Marques Catarino Macedo Caixeiro

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	REUNIÃO
CDU	Manuel Diogo Marques Catarino Macedo Caixeiro	24/06/2025

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador



Fl. 85v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----**PONTO 4 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL REFERENTE À ELABORAÇÃO DO ESTUDO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-696-9.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira explicou que a presente proposta teve por base o diagnóstico elaborado pela equipa responsável, a qual contou com o acompanhamento de uma equipa multidisciplinar. Este documento reflete todos os passos desenvolvidos até à presente fase, culminando num estudo aprofundado e necessário. Sublinhou que o centro histórico não deve ser encarado como um espaço isolado, recordando que este se articula com a frente marítima e com zonas exteriores à muralha. Informou ainda que, ao longo deste estudo, foram analisadas diversas propostas existentes, tendo-se chegado aos resultados agora apresentados no documento. Salientou que o relatório contou com a participação de diversos intervenientes, tendo sido realizada uma sessão pública onde estiveram presentes os Membros da Câmara e da Assembleia Municipal, operadores económicos do centro histórico e residentes, ocasião em que foram apresentadas as conclusões do estudo, recolhidos contributos e esclarecidas dúvidas. Referiu que este relatório representa a fase final do estudo, contendo o nível de detalhe necessário para que se possa iniciar a sua concretização no terreno. Acrescentou que está prevista a implementação de regras para o acesso de veículos, a regulação da utilização do espaço público e a alteração de algumas vias.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) lembrou que este documento era há muito aguardado e que apresenta diversas possibilidades que permitem o desenvolvimento do Centro Histórico, congratulando a equipa responsável pelo acompanhamento do projeto. No entanto, salientou que o documento deverá ser objeto de atualização contínua. Recordou que Lagos é, historicamente, um ponto de encontro de culturas e que, ao longo do tempo, tem sabido adaptar-se às novas realidades, reforçando a necessidade de que este documento acompanhe igualmente essas transformações.---

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) referiu que o documento apresentado é estruturante e visa dignificar uma zona sensível da sociedade: o Centro Histórico. Salientou que este documento já surge com algum atraso, tendo em conta os problemas existentes, nomeadamente ao nível da mobilidade. Recordou que, no âmbito das reuniões das Comissões Especializadas, o Sr. Frederico Paulo respondeu a várias questões colocadas pelos Membros dessas comissões. Questionou qual será a dinâmica que o Centro Histórico poderá vir a sofrer com esta intervenção, considerando que ainda não foram dadas respostas claras no que respeita à mobilidade nesta zona. Relativamente às cargas e descargas dos diversos estabelecimentos, questionou se estão previstos percursos alternativos para os respetivos abastecimentos e se já existe uma solução para este problema. No que diz respeito ao controlo de entradas de viaturas no Centro Histórico, recordou que a sinalização existente é frequentemente desrespeitada, sendo comum ver veículos a circular em zonas proibidas fora do horário permitido, situação que se deve à falta



de fiscalização. Afirmou que, se tal se mantiver, nenhuma solução será eficaz. Perguntou ainda quais são as previsões financeiras mais realistas para esta requalificação, se existe possibilidade de acesso a fontes de financiamento, como será avaliada a implementação das propostas presentes neste documento, qual será o modelo de acessibilidades e quais os indicadores que serão utilizados para monitorizar o seu progresso e impacto. Por fim, questionou qual será o cronograma previsto para a implementação destas propostas e porque motivo a Rua da Barroca foi excluída deste estudo, considerando que também pertence ao Centro Histórico e que tem sido referida como zona propensa à marginalidade.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção entrou o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DA MEMBRO	HORA
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo	20.50

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) recordou que, em 2024, houve um debate sobre o Centro Histórico e que teria sido útil já existir o relatório que agora está em análise. Referiu que o Centro Histórico apresenta problemas ao nível da mobilidade, da delinquência, da limpeza, bem como no que respeita às cargas e descargas. Sublinhou que as ruas têm uma configuração personalizada e assinalou a carência de espaços de recreio, lazer e espaços culturais. Questionou quais são, a curto prazo, as prioridades do Executivo para esta zona.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) considerou este um bom plano para o Centro Histórico, salientando que a maioria das ideias apresentadas já vinham sendo reivindicadas há bastante tempo pelos órgãos do Município. Indicou o sentido de voto e questionou qual o cronograma financeiro previsto para estas intervenções no Centro Histórico durante o ano corrente. Reforçou que se trata de um bom plano e que deve ser executado, sublinhando a importância de se informar devidamente os residentes intramuros sobre o que está previsto para aquela zona da cidade.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) destacou a necessidade de um planeamento adequado, tendo em conta a complexidade dos assuntos. Recordou que, há alguns anos, se discutia o problema da desertificação humana nos Centros Históricos, resultante da degradação habitacional e da pouca atratividade do comércio local. No entanto, referiu que as medidas tomadas nos últimos anos têm contribuído para reverter essa situação. Indicou o sentido de voto.-----

-----O Sr. José Maia Santos (BE) congratulou a elaboração do documento e questionou qual o tempo previsto para a execução do plano.-----

-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) congratulou o Executivo pela elaboração do documento, que identifica os problemas já conhecidos do Centro Histórico e propõe soluções para os mesmos. Considerou que, com as medidas apresentadas, é possível tomar decisões mais fundamentadas. Apontou, no entanto, algumas falhas na informação constante do documento, nomeadamente a omissão do facto de que, ao contrário de outras localidades, em Lagos não se verificou a demolição da muralha para permitir o seu alargamento, tendo exemplificado essa realidade com alguns casos. Recordou que as muralhas de Lagos são as maiores do país e destacou



Fl. 86v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

a responsabilidade coletiva na sua preservação. Sublinhou ainda a importância de se repensar a interação entre a circulação automóvel e pedonal. Referiu que, conforme já havia sido mencionado pelo Sr. Márcio Viegas, cerca de 60% das habitações no Centro Histórico estão fechadas ou são usadas apenas aos fins de semana e nas férias, o que evidencia o problema da desertificação. Enalteceu a riqueza patrimonial da cidade, salientando que o Centro Histórico inclui três monumentos de relevância, bem como zonas de interesse identificáveis pelo traçado das ruas, pelas cantarias e por cerca de 85% das construções serem do século XX, criando, assim, uma nova área de interesse turístico. Defendeu, por isso, a criação urgente de percursos, rotas e sinalizações que incentivem a visita a essas zonas. Corrigiu ainda uma informação constante do documento, referindo que a Igreja de Santo António não é o monumento mais visitado do Algarve, como ali é afirmado, e questionou onde seriam localizadas as bolsas de estacionamento previstas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira respondeu que o tempo despendido na elaboração deste documento foi o necessário para realizar o estudo que o Centro Histórico exigia. Referiu que, mesmo que o Centro Histórico de Lagos não seja o melhor do país, é seguramente um dos mais bem preservados, utilizados e valorizados, tendo grande importância para a cidade em várias vertentes. Foi neste contexto que, entre as duas equipas envolvidas, surgiu a necessidade de aprofundar a discussão e de realizar uma avaliação cuidada, dado que algumas das propostas apresentadas foram consideradas bastante arrojadas. Por essa razão, foram definidos períodos de debate, com o objetivo de colocar a imaginação ao serviço da requalificação do Centro Histórico. Informou que a prioridade do Município tem sido a elaboração de um estudo aprofundado para esta zona da cidade e que a equipa multidisciplinar já iniciou o desenho da primeira fase das intervenções consideradas necessárias. Recordou que já tinham sido apresentados estudos a esta Assembleia sobre as principais ruas não pedonais do Centro Histórico, dando alguns exemplos. Acrescentou que já existem propostas com o intuito de alterar o paradigma da ocupação da via pública e de dinamizar o Centro Histórico. Na zona mais comercial, o trabalho de levantamento e pesquisa encontra-se concluído, estando em condições de avançar para a fase de projeto de execução e, caso se considere oportuno, para a concretização das obras. Informou ainda que será lançado um concurso para a elaboração do regulamento que irá alterar as condições de utilização do Centro Histórico em vários níveis, incluindo a mobilidade. Esclareceu que uma das medidas prioritárias será a instalação de inibidores de circulação, cujo planeamento já está em curso. Sobre a questão das cargas e descargas, afirmou que a circulação de veículos nas zonas pedonais será eliminada, com o objetivo de prevenir acidentes e salvaguardar o património. Sublinhou que os comerciantes terão de adaptar a sua organização, sendo que as descargas continuarão a ser possíveis fora do horário permitido, mas apenas nos locais previamente identificados. Em casos excecionais, poderá ser permitido o acesso fora do horário estabelecido. Relativamente à Rua da Barroca, referiu que a sua exclusão do plano foi ponderada. Informou que está prevista a abertura de uma unidade hoteleira com entrada pela Rua 25 de Abril, o que, a par de novas aberturas comerciais, poderá dinamizar significativamente essa zona. Acrescentou que, com a



intervenção prevista para a zona ribeirinha, será possível reconsiderar a Rua da Barroca, incluindo uma possível alteração ao elevador junto ao Tribunal, para que passe a ter paragem nessa rua. A construção de uma rampa de acesso permitiria a entrada e saída de pessoas com maior comodidade. Quanto ao cronograma financeiro e temporal, esclareceu que ainda não existe um levantamento fechado, mas que as intervenções começarão pelas zonas prioritárias. O projeto de execução permitirá determinar os custos associados e planear a intervenção por fases. Informou ainda que será iniciado um estudo para identificar as ruas que poderão ser encerradas à circulação automóvel e convertidas em vias pedonais, com vista à criação de circuitos. Só após esse estudo será possível orçamentar essas intervenções. Por fim, referiu que o projeto do Anel Verde está incluído neste plano e que já foi publicado em Diário da República o concurso de ideias. O vencedor será responsável pela elaboração do projeto de execução, que terá um custo estimado de 200.000,00 € (duzentos mil euros). Os concorrentes têm até ao dia 25 de agosto para apresentar as suas propostas.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Quatro da Ordem do Dia:
APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL REFERENTE À ELABORAÇÃO DO ESTUDO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE LAGOS.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 86/AM/2025:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, com 24 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, José Nunes, Luís Barros, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Mílvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [José Maia Santos]), o Relatório Final referente à elaboração do Estudo Estratégico de Intervenção no Centro Histórico da Cidade de Lagos, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de junho de 2025.-----

-----**PONTO 5 - APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL A DESENVOLVER PARA PREENCHIMENTO DO CARGO DE COMANDANTE MUNICIPAL DE POLÍCIA - CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-696-10.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD considera a Polícia Municipal um recurso essencial do Município, sendo estratégica para o desenvolvimento do Concelho, bem como para a concretização, organização e implementação das políticas públicas locais. No entanto, após vários anos de funcionamento, entende que é necessário que o Município proceda à valorização da carreira dos agentes da Polícia Municipal. Sublinhou que, atualmente, é cada vez mais difícil reter e motivar os recursos humanos afetos a este serviço, tornando



Fl. 87v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

essencial a adoção de medidas de incentivo. Destacou ainda a importância de se avançar com o procedimento de recrutamento para o cargo de chefia e defendeu que devem ser revistas as condições de acesso e manutenção na Polícia Municipal. Considera, por fim, que este serviço tem potencial para ter um impacto muito positivo no Concelho.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) fez a seguinte intervenção: “Já aprovámos nesta casa vários júris, algo relativamente pacífico quando se verifica alguma diversidade. Mas neste caso não temos quaisquer referências curriculares sobre estes elementos do júri a não ser que são todos funcionários de câmaras municipais socialistas. Temos aqui um sr. Joel David Valente Guerreiro, que está identificado apenas como sendo docente da Universidade do Algarve, que por acaso tem o mesmo nome que um consultor que presta serviços de Diretor de Departamento neste edifício onde estamos.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) indicou o sentido de voto e questionou quando é que iriam realizar os concursos para chefes de divisão e departamento que são necessários.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) indicou o sentido de voto e referiu que o currículo do docente da Universidade do Algarve pertence à área das Ciências da Computação, levantando a dúvida sobre se possui alguma ligação direta à área da segurança e policiamento. Reforçou a importância da valorização da carreira da Polícia Municipal, salientando que a falta de agentes poderá comprometer o reforço da segurança na cidade, a qual, por vezes, se encontra ameaçada. Acrescentou que a Polícia Municipal tem sido alvo de críticas por parte dos lacobrigenses, pelo que considera fundamental a dignificação das suas carreiras, com vista a motivar os agentes no desempenho das suas funções e incentivar a participação nos concursos para integrar a corporação.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) afirmou não se rever em intervenções que coloquem em causa o bom nome das pessoas, referindo que, no caso da constituição do júri, o facto de o jurado pertencer a um Município de determinado partido político é irrelevante. Nesse sentido, informou que o Grupo Municipal do PSD não se revê nas intervenções anteriores e não participará em discussões que assentem nesses pressupostos.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) esclareceu que em momento algum foi posto em causa o mérito ou o currículo dos elementos designados para o júri. No entanto, considerou que, tratando-se de pessoas com currículo relevante, o mesmo deveria ter sido anexado ao documento, evitando que se levantem dúvidas ou se façam comentários infundados, os quais não contribuem positivamente para a perceção da competência dos designados.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) respondeu que todos perceberam o que o Sr. Membro da Assembleia quis dizer com as suas meias palavras e convidou-o para esclarecer junto à autoridade lembrando que as intervenções estão gravadas. Questionou o que queria dizer com os jurados pertencerem todas a Municípios governados pelo PS e o que é que isso tinha a ver com o processo de designação dos membros do júri.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira disse subscrever as



palavras do Sr. Nuno Serafim e recordou que, dos dezasseis Municípios da região, doze são governados pelo Partido Socialista. No entanto, esclareceu que o facto de os jurados pertencerem a Municípios liderados pelo PS nada teve a ver com a sua escolha, a qual foi feita com base no mérito e no currículo dos candidatos. Informou que a presidente do júri, oriunda do Município de Olhão, foi anteriormente subintendente da PSP, possuindo, por isso, um currículo de grande relevância. Relativamente à questão colocada pelo Grupo Municipal da CDU, informou que o prazo para apresentação de candidaturas ao concurso já tinha terminado e que, neste momento, se encontravam a analisar as candidaturas recebidas. Sobre os currículos dos membros do júri, referiu que a Dra. Dora, da Câmara Municipal de Portimão, é diretora do Departamento de Desenvolvimento, e que o Dr. Joel é doutorado na área da Administração Pública. Os dois jurados suplentes pertencem ao Município de Lagos. No que diz respeito aos vencimentos da Polícia Municipal, lembrou que tanto a Assembleia Municipal como a Câmara Municipal já aprovaram uma moção nesse sentido. No entanto, esclareceu que apenas o Ministério da Administração Interna pode proceder a essa alteração, uma vez que a matéria está regulada pelo Estatuto da Polícia Municipal. Explicou que os esforços dos vários Municípios têm sido significativos para que haja uma atualização remuneratória, pois, à exceção das Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto - onde os agentes têm estatuto da PSP -, todos os restantes Municípios estão vinculados ao mesmo regulamento, não tendo autonomia para alterar os vencimentos dos seus agentes. Acrescentou que os agentes estão a realizar um número elevado de horas extraordinárias devido à escassez de efetivos, e sublinhou que a segurança no concelho é garantida pela PSP e pela GNR, sendo que à Polícia Municipal compete uma função de proximidade e prevenção, tratando-se de polícias com funções distintas. Defendeu que é necessário unir esforços para pressionar o Ministério da Administração Interna no sentido de valorizar a carreira da Polícia Municipal, pois, apesar de se tratarem de polícias municipais, enfrentam os mesmos riscos que os restantes elementos das forças de segurança. Informou ainda que existe uma crise nacional de efetivos, tanto na PSP como nas Polícias Municipais, e que o Ministério da Administração Interna deve encontrar soluções para atrair jovens para estas carreiras.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) agradeceu o esclarecimento relativo aos currículos dos jurados designados e lamentou que o PS e o PSD não tenham querido incluir essas notas biográficas nos documentos, referindo que bastaria indicar o cargo atualmente desempenhado para garantir maior transparência.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Cinco da Ordem do Dia:
APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL A DESENVOLVER PARA PREENCHIMENTO DO CARGO DE COMANDANTE MUNICIPAL DE POLÍCIA - CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º GRAU, obtendo o seguinte resultado:



Fl. 88v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	3	1	2	0	1	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	1
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO N.º 87/AM/2025:**

-----**Aprovado**, por maioria, com 23 votos a favor (16 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, José Nunes, Luís Barros, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], 3 do PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], 1 da CDU [José Manuel Freire], 2 da LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], e 1 do BE [José Maia Santos]) e 1 abstenção do CHEGA (Paulo Rosário), nos termos consignados no n.º 1 do Artigo 13.º do Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais, conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de junho de 2025, a constituição do júri de recrutamento do procedimento concursal a desenvolver para preenchimento do cargo de Comandante Municipal de Polícia (cargo de direção intermédia de 1.º grau), nos seguintes termos: membros Efetivos: - Presidente - Isabel de Moraes Ribeiro da Silva Lobo, Comandante da Polícia Municipal do Município de Olhão (cargo de direção intermédia de 1.º grau); - 1.º Vogal Efetivo - Dora Maria Magalhães Gomes Pereira, Diretora do Departamento de Desenvolvimento do Município de Portimão; - 2.º Vogal Efetivo - Joel David Valente Guerreiro, Docente da Universidade do Algarve. Membros Suplentes: - 1.º Vogal Suplente - Ana Catarina Pedro Alves, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, em regime de substituição, do Município de Lagos; 2.ª Vogal Suplente - Cláudia Cristina Marreiros Gonçalves, Diretora do Departamento de Planeamento e Gestão do Território, em regime de substituição, do Município de Lagos.-----

-----O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O PSD quer aqui deixar de forma vinculada o seu regozijo por ver aprovada esta moção e que todos os partidos do espectro político democrático de Lagos são iguais no que respeita à valorização e à prossecução dos valores da segurança que o nosso concelho busca buscar. Muito obrigado.”-----

-----O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: “O partido Chega considera que a clareza de um processo de recrutamento tem que começar com a apresentação do Júri, idealmente com notas curriculares ou académicas sobre os membros propostos por forma a todos podermos apreciar. Neste caso a Câmara Municipal decidiu não apresentar qualquer informação sobre os três elementos propostos e decidiu omitir que um deles trabalha para a Câmara Municipal de Lagos. Consideramos isto no mínimo, revelador de pouca consideração que a Câmara Municipal demonstra pelos elementos que propõe e um desrespeito para com a Assembleia Municipal que não nos podemos sancionar.”-----

-----**PONTO 6 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO**



ESTRATÉGICO PARA OS TRANSPORTES MUNICIPAIS - AONDA: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-696-12.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira informou que acompanhou, em conjunto com o Sr. Vice-Presidente, todo o processo referente ao Plano Estratégico para os Transportes Municipais — designado por "AONDA". Referiu que, a pedido da Sra. Eng.^a Marisa Palma, procedeu-se a uma breve apresentação do projeto, com vista a esclarecer os objetivos e o conteúdo dessa estratégia.-----

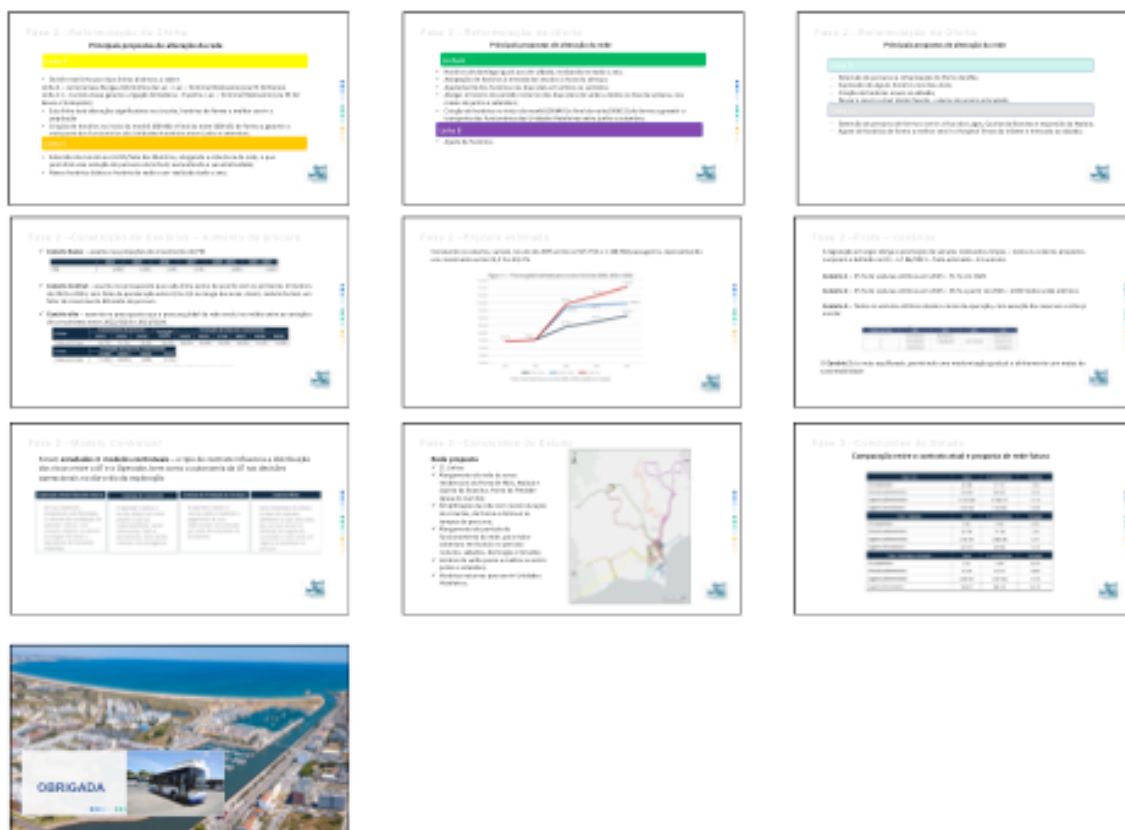
-----A Sra. Eng.^a Marisa Palma, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Lagos, apresentou o Plano Estratégico com base nos diapositivos preparados para o efeito.





Fl. 89v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS



-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) começou por agradecer a apresentação, considerando que a mesma reflete uma importante dimensão autocrítica do trabalho desenvolvido, demonstrando que houve monitorização e perceção das falhas a corrigir. Sublinhou que o documento evidencia a dinâmica populacional, assim como o dinamismo económico e social do Município. Acrescentou que este plano reforça o papel da Autarquia enquanto entidade reguladora na adoção de políticas que garantam uma constante adaptação às novas realidades sociais e económicas. Destacou que o crescimento da população é notório e que os transportes são um bom indicador dessa realidade. Por fim, questionou quais os indicadores de desempenho utilizados para a avaliação da nova rede de transportes e se estava previsto algum programa de comunicação com os passageiros.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu que este plano vem esclarecer as dúvidas que o PSD tem vindo a apresentar nos dois órgãos do Município, em especial no que concerne aos horários desajustados em relação aos horários escolares, bem como aos problemas identificados nos transportes em Barão de São João, sublinhando que estas falhas são corrigidas no presente documento. Lamentou, contudo, que este plano estratégico apenas tenha sido apresentado a escassos três meses das eleições autárquicas, esperando que a sua execução e a concretização das propostas nele inscritas sejam efetuadas com o objetivo de melhorar efetivamente os serviços prestados. Recordou que o PSD defende a gratuidade do serviço para os lacobrigenses, considerando que o Município dispõe da capacidade financeira para o concretizar, sendo uma medida fundamental para a promoção da mobilidade e para a redução da pegada ecológica. Finalizou felicitando o Município pela elaboração



deste documento.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lamentou que este documento não tenha sido apresentado previamente à realização da presente Sessão, salientando que a documentação foi distribuída apenas cinco dias antes do seu início, o que impossibilitou uma análise rigorosa e aprofundada. Deu como exemplo o Estudo Estratégico para o Centro Histórico, cuja compreensão foi facilitada pela apresentação prévia que havia sido feita aos Membros da Assembleia. Considerou ainda que o plano apresentado poderia ir muito mais além do que o que se encontra exposto e defendeu que um importante avanço seria a implementação da gratuitidade do serviço de transporte para os lacobrigenses, à semelhança do que já acontece noutros Municípios do país. Propôs que esta medida pudesse iniciar-se, numa primeira fase, com os reformados e, posteriormente, ser alargada de forma faseada às restantes faixas etárias da população.-----

-----O Sr. José Maia Santos (BE) agradeceu a apresentação e questionou o porquê de haver um decréscimo na evolução do n.º de passageiros transportados na ONDA em 2024, verificando-se esse sinal contrário à evolução dos restantes meses desse ano.-----

-----A Sra. Eng.^a Marisa Palma, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Lagos, esclareceu que a fase de estudo terminou em março de 2024, e, por essa razão, já não contempla projeções para esse ano. Confirmou a existência de um decréscimo de dados registado em março, salientando que o estudo decorreu entre 2021 e 2023. Sublinhou que, embora o estudo não reflita a totalidade da realidade atual, a sua execução foi influenciada pelo contexto do período em que foi realizado.-----

-----O Sr. José Maia Santos (BE) defendeu que o serviço de transportes municipais deveria ser gratuito para a população, considerando que o eventual acréscimo da despesa decorrente da gratuitidade se justifica plenamente face aos benefícios.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) subscreveu a intervenção do Sr. José Manuel Freire (CDU), acrescentando que o nome atribuído ao documento em análise não será o mais adequado, sugerindo que o mesmo fosse designado por Estudo de Diagnóstico e Plano de Ação. Reconheceu que o estudo é bastante completo e destacou a introdução de inovações, particularmente nas zonas onde têm surgido mais reclamações, nomeadamente em Barão de São João e na Linha Amarela. Manifestou a expectativa de que este estudo venha efetivamente a melhorar a qualidade dos serviços e indicou que aguardaria pelo procedimento concursal para a sua execução.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira esclareceu que não se tratava de um calendário político, mas sim de um estudo que serve de base à abertura de um concurso público para a celebração de um novo contrato, com início previsto para o início do próximo ano, tendo em conta que o contrato atualmente em vigor está a chegar ao fim. Sublinhou que, face à complexidade da gestão da rede de transportes “AONDA”, é essencial compreender, em primeiro lugar, quais os aspetos a melhorar, em vez de se lançar um concurso com moldes idênticos ao anterior. No que respeita à proposta de gratuitidade do serviço de transportes



Fl. 90v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

municipais, afirmou que esta implicaria custos substancialmente mais elevados, uma vez que exigiria, entre outras medidas, o reforço da operação, nomeadamente através da duplicação do número de autocarros em circulação.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis explicou que, para o Executivo, este é efetivamente um plano, mas optaram por lhe chamar estudo, por considerarem esta designação mais adequada, permitindo uma perceção mais clara do estado atual da rede de transportes e possibilitando projetar um novo contrato que vá ao encontro das expetativas do Município e dos seus passageiros. Relativamente ao reparo feito pelo Grupo Municipal do PSD, referiu que, ao analisar os dados do contrato em vigor, é possível constatar que foram realizados alguns ajustamentos com o objetivo de responder às necessidades detetadas. Informou ainda que, assim que esses dados estiveram disponíveis, iniciaram-se simulações que permitiram avançar com a elaboração do novo concurso. No que diz respeito à gratuidade dos transportes, respondeu que o Município está a trabalhar nesse sentido. Após a publicação da legislação aplicável, foi possível quadruplicar o número de passes atribuídos aos alunos do concelho. Contudo, esclareceu que, num contrato com a duração de sete anos, o impacto financeiro da gratuidade seria de cerca de 10.000.000,00 € (dez milhões de euros), num total estimado de 20.000.000,00 € (vinte milhões de euros) para todo o contrato. Indicou que se prevê um retorno de 8.000.000,00 € (oito milhões de euros) através da bilhética, o que justifica a necessidade de ponderação cuidada sobre a implementação da gratuidade. Relativamente aos indicadores de desempenho e à realização de inquéritos de satisfação, informou que esses mecanismos estão previstos para a fase de execução do contrato. Quanto à prestação de serviços, referiu que continuará a permitir ao Município realizar alterações que respondam às necessidades identificadas, incluindo a implementação da gratuidade. Informou também que esta proposta vai ao encontro do que estava inicialmente perspetivado, e que, após reuniões com representantes do setor, foi identificada a necessidade de ajustar os horários dos transportes para melhor servir os trabalhadores da hotelaria - nomeadamente os que iniciam turnos às seis da manhã ou terminam após a meia-noite. Estes ajustamentos foram discutidos com a empresa operadora, tendo a proposta final sido elaborada em conjunto com a mesma. Por fim, sublinhou que, ao contrário dos concursos anteriores, que foram desenhados “dentro da caixa”, este novo contrato foi pensado “fora da caixa”, procurando soluções mais inovadoras e ajustadas à realidade local.-----

-----A Sra. Eng.ª Marisa Palma, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transporte da Câmara Municipal de Lagos, explicou que a atual rede de transportes é já gerida em tempo real, sendo possível saber em permanência a localização dos autocarros, o que permite identificar falhas na rede com prontidão. Referiu que, sempre que surgem reclamações, estas são tratadas de forma imediata. Informou também que existe um número de contacto direto afixado nas paragens, promovendo uma maior proximidade com a população - sendo este, particularmente, utilizado pela população sénior, o que tem sido útil para a deteção de falhas e fiscalização. Acrescentou que os serviços municipais realizam visitas regulares aos autocarros, permitindo identificar e corrigir pequenas anomalias. Referiu que a empresa



operadora detetou a ausência de um serviço de apoio à exploração, que se revelou necessário. Por essa razão, informou que o próximo contrato incluirá a exigência desse serviço, o qual permitirá uma gestão mais eficaz e em tempo real. No que diz respeito aos inquéritos de satisfação, indicou que foi tentada a sua aplicação - incluindo com o apoio dos alunos dos dois agrupamentos escolares do concelho -, mas a taxa de resposta foi muito baixa. Recordou que o Município é a Autoridade de Transportes e que dispõe de um sistema de monitorização com relatórios periódicos, os quais são divulgados nos canais de comunicação oficiais. Lamentou o atraso significativo na elaboração deste plano, mas sublinhou que, com o fim do contrato atual previsto para o final do ano, foi essencial fazer uma avaliação profunda para preparar um novo contrato que permita melhorar a qualidade do serviço prestado à comunidade.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) recordou que, atualmente, as escolas têm um grande potencial para se tornarem espaços interativos com a comunidade. Nesse sentido, sugeriu que as disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento poderiam ser aproveitadas para envolver os alunos na participação cívica, nomeadamente através do preenchimento de inquéritos relacionados com os transportes públicos. Considerou que, se os alunos forem sensibilizados para a importância dessa colaboração, certamente participarão de forma positiva. Referiu ainda que, recentemente, foi aprovada por unanimidade, nesta Assembleia Municipal, uma proposta que solicitava a instalação de abrigos nas paragens de autocarro. Sublinhou que esta medida é essencial para garantir o conforto dos passageiros, que muitas vezes ficam expostos ao sol e às intempéries, contribuindo também para a melhoria da rede de transportes e incentivando a sua utilização.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que, de acordo com o relatório e contas da AMAL, está disponível uma verba de 18.000,00 € (dezoito mil euros) para o Município de Lagos, destinada ao ressarcimento dos passes gratuitos dos estudantes, o que permitiu encontrar uma solução para garantir a gratuitidade dos transportes até aos 18 anos. Considerou ser importante que o Município aproveitasse a geminação existente com o Município de Torres Vedras para estabelecer contactos e perceber que medidas foram implementadas naquela região da zona Oeste com vista à gratuitidade dos transportes. Tal poderia ajudar a delinear um plano para, numa primeira fase, alargar essa gratuitidade à população idosa e, posteriormente, a toda a população. Referiu ainda que Lagos enfrenta atualmente um grande volume de trânsito e, em particular na zona de Santo Amaro, ouvem-se frequentemente ambulâncias devido a acidentes rodoviários. Sublinhou que a retirada de viaturas da cidade poderia contribuir para a redução da sinistralidade e lembrou que uma rede de transportes públicos eficiente e acessível deve servir toda a população, bem como os visitantes do concelho. Concluiu referindo que outros municípios algarvios já implementaram a gratuitidade dos transportes e que, certamente, também analisaram os custos e os benefícios, nomeadamente no que respeita à redução da pegada ecológica.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) agradeceu as intervenções do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal e do Sr. José Manuel Freire relativamente à gratuitidade dos



Fl. 91v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

transportes, lamentando, contudo, que este tema não tivesse sido abordado no documento apresentado, apesar da sua extensão. Recordou que a gratuidade dos transportes, para além de poder ser aplicada de forma progressiva, pode também ser encarada como uma medida estratégica e complementar, dando exemplos concretos. Considerou que a ausência deste tema no documento revela as prioridades do Executivo, destacando que, nas palavras do Sr. Vice-Presidente, esta medida é vista como um encargo, enquanto, para o Grupo Municipal do PSD, representa um claro benefício para a população. Reforçou que esta medida deveria ser implementada de forma faseada, dada a sua complexidade e os custos associados, e salientou que poderia ser uma ferramenta importante para aproximar as localidades rurais da zona urbana. Concluiu lembrando que, sendo este um documento em aberto, pensado para criar um contrato diferente do anterior, deveria contemplar já a questão da gratuidade para toda a população, pelo seu impacto social e ambiental.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paulo Reis, respondeu que a questão da gratuidade dos transportes não está, neste momento, em cima da mesa, sublinhando que é precisamente para isso que serve este estudo. Referiu que, conforme ilustrado no slide número sete da apresentação, é possível distinguir os diferentes tipos de passes — normais, estudantes, idosos, entre outros — sendo com base nesses dados que se consegue calcular os custos associados à gratuidade. Explicou que a decisão dependerá do tipo de contrato que vier a ser celebrado, uma vez que diferentes contratos implicam diferentes limitações. Acrescentou que existem formas de viabilizar a gratuidade, mas o valor do contrato será determinante nesse processo, pelo que é necessário analisar a situação com calma e ponderação.-----

-----A Sra. Eng.^a Marisa Palma, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Lagos, informou que os jovens até aos 23 anos estão isentos do pagamento na rede de transportes, no âmbito do programa nacional Mais TP, promovido pelo Estado. Esclareceu também que os antigos combatentes beneficiam da mesma isenção, ao abrigo da mesma diretiva. Acrescentou que, graças a esta medida, foi ainda possível aumentar o desconto atribuído aos desempregados, que anteriormente era de 40%, sendo atualmente possível aplicar reduções entre os 50% e os 25%, consoante os rendimentos de cada beneficiário. No caso dos idosos com rendimentos mais baixos, referiu que pagam apenas 6,00 € mensais, sendo o valor restante ressarcido pelo Estado. Concluiu referindo que, por força da Lei, estes descontos têm sido garantidos e atribuídos à população, contribuindo para uma maior acessibilidade à rede de transportes.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Seis da Ordem do Dia: **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO ESTRATÉGICO PARA OS TRANSPORTES MUNICIPAIS – AONDA**, obtendo o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDU	LCF	CHEGA	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	3	0	2	0	1	22
ABSTENÇÕES	0	0	1	0	1	0	2
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0



-----**Deliberação n.º 88/AM/2025:**

-----**Aprovado**, por maioria, com 22 votos a favor (16 do PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, José Nunes, Luís Barros, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], 3 do PSD [Milvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], 2 da LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso] e 1 do CHEGA [Paulo Rosário]) e 2 abstenções (1 da , CDU [José Manuel Freire] e 1 do BE [José Maia Santos]), o Plano Estratégico para os Transportes Municipais - AOna, nos termos consignados na alínea h) do n.º 1 do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de junho de 2025.-----

-----**PONTO 7 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A AMAL - AMAL/MUNICÍPIOS - VAMUS 2026-2034:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-696-14.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou por que razão se optou pela mudança de modelo de concessão, considerando-se que a anterior não teve custos para o Município, e perguntou quais seriam as principais diferenças na prática entre os dois modelos adotados.-----

-----A Sra. Eng.ª Marisa Palma, Chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes da Câmara Municipal de Lagos, respondeu que a rede de transportes VAMUS é liderada pela AMAL, enquanto Autoridade de Transportes Intermunicipal, sendo esta responsável pela gestão da rede. Explicou que, no momento da celebração do primeiro contrato, existia ainda pouco histórico de funcionamento da rede intermunicipal, mas que, com os dados entretanto recolhidos, foi possível realizar um novo estudo para o contrato de 2026-2034, do qual resultou a necessidade de comparticipação por parte dos 16 Municípios algarvios, com o objetivo de garantir que a rede fosse verdadeiramente estruturante. Informou que a referida comparticipação é calculada com base na população e no território abrangido pela rede em cada Município. Esclareceu ainda que a delegação de competências no âmbito dos transportes se divide entre a Autoridade de Transportes Intermunicipal e as Autoridades de Transportes Municipais, sendo que, no caso de Lagos, essa delegação não ocorre, dado que o Município assumiu a responsabilidade direta pela gestão da sua rede. Por esse motivo, o quadro de comparticipação do Município de Lagos aparece a zeros, ao contrário dos restantes Municípios, onde essa responsabilidade está delegada. Reforçou que este contrato intermunicipal é obrigatório para todos os Municípios da região, sendo a única forma de assegurar a sustentabilidade da rede.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Sete da Ordem do Dia:
APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO



Fl. 92v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A AMAL - AMAL/MUNICÍPIOS - VAMUS 2026-2034.-----

-----**Deliberação n.º 89/AM/2025:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, com 24 votos a favor (PS [Carlos Fonseca, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, José Nunes, Luís Barros, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Maria Paula Couto], PSD [Mílvia Gonçalves, Nuno Serafim, Rui Araújo], CDU [José Manuel Freire], LCF [Cristina Marreiros, Fernando Ildefonso], CHEGA [Paulo Rosário] e BE [José Maia Santos]), o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências e de Financiamento a celebrar entre o Município de Lagos e a AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve, - AMAL/Municípios - VAMUS 2026-2034, nos termos consignados da alínea k) do n.º 1 do Artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, conforme proposta da Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 18 de junho de 2025.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 47 minutos, a Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 2 minutos.-----

-----**PONTO 8 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-696-15.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) referiu-se a diversas questões com impacto na qualidade de vida no concelho de Lagos: Escoamento de águas pluviais na Praia da D. Ana – Considerou ser uma situação grave, especialmente na época alta, e questionou se já existe uma solução definitiva para um problema que persiste há vários anos. Assinalou que outras praias junto às falésias não apresentam este tipo de problema, o que levanta a necessidade de uma intervenção urgente; Impacto urbanístico na zona da Escola das Naus – Saudou a decisão municipal de ampliar e renovar aquele equipamento educativo, mas alertou para o impacto da construção de dois hotéis nas imediações, cujo estacionamento será dimensionado apenas para 20% a 30% da sua capacidade, conforme a legislação em vigor. Sublinhou que a zona poderá não ter capacidade para absorver o aumento previsto de tráfego automóvel, agravado ainda pela expansão da Marina, pelas zonas adjacentes à estação ferroviária e pelo acesso à Meia Praia. Apesar da existência de iluminação adequada no estacionamento da zona, considera que tal não será suficiente para evitar o congestionamento. Questionou se já estão a ser equacionadas alternativas para mitigar os impactos, tal como foi feito em intervenções urbanísticas anteriores; ETAR e odores urbanos – Referiu ter tido conhecimento da ocorrência de descargas por parte da ETAR e pediu esclarecimentos quanto à sua causa. Relativamente ao centro da cidade, referiu a persistência de maus odores e



questionou se o Sr. Presidente da Câmara Municipal está a par da situação e se existem medidas concretas previstas para mitigar estes problemas.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) destacou a aposta do Município de Lagos na modernização dos serviços urbanos e na promoção da sustentabilidade ambiental, dando como exemplo a instalação de papeleiras inteligentes em diversos locais da cidade. Enumerou os sítios onde estas foram colocadas e sublinhou que se trata de uma resposta eficaz às necessidades do espaço público, refletindo uma governação atenta, inovadora e comprometida com o futuro coletivo. Referiu que esta medida tem um impacto positivo, não só na limpeza urbana, mas também no incentivo à população para manter a cidade limpa. Acrescentou que, por serem alimentadas a energia solar, estas papeleiras reduzem a pegada ecológica e permitem uma recolha mais eficiente, demonstrando que a tecnologia pode, quando colocada ao serviço das pessoas, melhorar a qualidade de vida e reforçar a confiança dos cidadãos no Poder Local. Elogiou ainda o Executivo Municipal pela melhoria não só dos equipamentos urbanos, mas também da própria governação, demonstrando visão, coragem e sentido de responsabilidade. Questionou, no âmbito da implementação das papeleiras inteligentes, se a medida será alargada a outras zonas da cidade e às restantes freguesias, e se existem prioridades definidas nesse processo. Solicitou ainda esclarecimentos sobre os critérios utilizados para a escolha dos locais onde estas papeleiras foram instaladas. No que se refere à eficiência hídrica, salientou os progressos verificados no sistema de abastecimento, que têm contribuído para o combate à escassez de água. Destacou o investimento global na ordem dos 8.000.000,00 € (oito milhões de euros) e referiu que, no âmbito do Plano Regional de Eficiência Hídrica, estão em curso vários projetos de modernização das infraestruturas essenciais, nomeadamente através da substituição de condutas, que tem permitido reduzir as perdas de água. Congratulou novamente o Executivo pelo trabalho desenvolvido neste domínio.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou se, relativamente à época passada, existem mais ou menos agentes do Corpo de Intervenção presentes no Concelho durante o corrente ano e solicitou esclarecimentos sobre o período de permanência destas forças de segurança em Lagos. Referiu que, durante o dia, se observa a presença de criminalidade altamente organizada, oriunda de fora do Concelho, que se dedica à venda de produtos a turistas no centro da cidade. Acrescentou que, durante a noite, têm ocorrido assaltos nas imediações da Câmara Municipal. Questionou o estado do sistema de videovigilância (CCTV), aprovado em 2023, mencionando que, em anteriores intervenções, o Sr. Presidente da Câmara Municipal havia referido a necessidade de realização de um projeto ou estudo técnico para a instalação de fibra ótica, de modo a alimentar as câmaras. Sublinhou que foi referido que a instalação no Centro Histórico seria mais complexa do que noutras zonas da cidade. Alertou que outros concelhos do Algarve já estão a expandir os seus sistemas de videovigilância, quer através de fibra ótica, quer por via WiFi, e manifestou preocupação pelo facto de Lagos estar a ficar para trás, uma vez que ainda não existem projetos em concurso. Considerou que o atraso na implementação do sistema de CCTV é responsabilidade da Câmara Municipal e



Fl. 93v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

mencionou um artigo publicado na comunicação social que aponta que o Município estaria a aguardar uma ordem proveniente de Lisboa ou de outra entidade. Criticou o que considera ser uma tentativa de ocultação das ocorrências registadas em Lagos, com o intuito de não comprometer o pedido de reforço de meios às forças de segurança. Relembrou o protocolo assinado com o Ministro da Administração Interna em 2023 e questionou o Executivo sobre o que falta para que o sistema seja implementado, indagando se este é, de facto, considerado uma prioridade.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) apresentou múltiplas questões, solicitando esclarecimentos administrativos e informativos: Requerimentos pendentes - Questionou quando a Câmara Municipal dará resposta aos diversos requerimentos que ainda aguardam retorno. Requereu que os requerimentos respondidos e os que carecem de resposta sejam remetidos juntamente com as Ordens de Trabalho respetiva(s), para total transparência; Plano de Pormenor do Paul - Informou que está em vigor um estudo estratégico iniciado há cerca de um ano e meio e solicitou um ponto de situação atualizado desde a última Sessão Ordinária de abril de 2025; Habitação – CHESGAL e Santo Amaro - Solicitou um ponto de situação em relação à entrega dos doze fogos já concluídos em CHESGAL, bem como dos 51 fogos em Santo Amaro. Informou ter consultado os processos de contratação pública do Município e constatou que, de 2024 até ao presente mês de junho, apenas foi publicado um único concurso relativo à habitação; Património/Fortaleza - Apesar dos esclarecimentos previamente prestados sobre a situação da Fortaleza, alertou que os processos relacionados com o património continuam a arrastar-se, o que poderá levar à sua desclassificação ou esquecimento; Obras no Centro de Saúde - perguntou sobre o estado atual das obras do Centro de Saúde de alto rendimento, solicitando também um ponto de situação.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) agradeceu à Sra. Maria João Batista por ter mencionado o projeto das papeleiras inteligentes, lembrando que foi uma proposta sua e felicitando pela sua implementação efetiva. Sobre a videovigilância, interpelou se a AMAL (Autoridade de Mobilidade e Área Metropolitana do Algarve) tem tomado alguma iniciativa junto do Governo Central em relação aos elevados índices de criminalidade sazonal no Algarve. Observou que esses índices são distorcidos pela forte afluência turística da época alta, situação que não tem sido corretamente considerada pelos órgãos responsáveis, tanto ao nível das autoridades como de outras entidades operacionais. Mencionou ainda o impacto do grande fluxo populacional na gestão de resíduos, destacando que todos os municípios algarvios sofrem com o desgaste, acumulação e deterioração dos serviços relacionados com o lixo, sem a devida compensação financeira. Indagou se a AMAL está consciente dessa problemática e se já interpelou o Governo Central para garantir soluções específicas para o Algarve, tendo em conta as suas características distintas em relação a outras regiões do país.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF), no âmbito da sua intervenção, abordou diversas áreas de atuação do Município. Começou por referir, relativamente à Divisão Financeira, que a taxa de execução do investimento ronda os 5%, questionando quais os obstáculos identificados e qual é a previsão de aceleração dessa execução no segundo semestre do ano. No que diz respeito à Proteção Civil e



aos riscos costeiros, mencionou que o relatório aborda de forma superficial o risco de tsunami, pelo que questionou se existe algum plano específico para este tipo de catástrofe e se está devidamente alinhado com o plano nacional. Ainda nesta área, referiu a importância da prevenção junto das populações, nomeadamente nas aldeias, através da realização de simulacros, questionando se estes têm sido avaliados quanto à sua eficácia. Na área da Cultura, questionou como serão avaliados os 117 projetos subsidiados pelo Município às associações culturais. Já sobre o Gabinete de Segurança, Higiene e Saúde Municipal, referiu que as ações de sensibilização têm contribuído para a redução de incidentes ou acidentes de trabalho, sublinhando a importância de métricas para avaliar a eficácia destas ações e o impacto na cultura de segurança dos trabalhadores municipais. Questionou ainda se houve alguma reavaliação dos riscos profissionais durante o período em análise e, caso afirmativo, se existem planos de melhoria contínua para a prevenção de riscos e a promoção da saúde ocupacional, especialmente nas profissões de maior exposição. Relativamente ao Gabinete Médico Veterinário, quis saber qual é o balanço da campanha de esterilização em curso, no âmbito do controlo populacional animal, e que medidas adicionais estão previstas para promover a adoção responsável. Por fim, no que se refere ao serviço da Polícia Municipal, questionou quais têm sido os resultados do policiamento de proximidade e se existem indicadores que demonstrem um aumento da perceção de segurança ou uma redução dos comportamentos desviantes nas zonas onde as campanhas foram mais intensas.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) começou por destacar a vitalidade do Concelho de Lagos, salientando que o número elevado de iniciativas nas várias áreas é um reflexo positivo dessa dinâmica, o que considerou meritório. No seguimento, questionou como estão a decorrer as empreitadas financiadas com fundos próprios, uma vez que, segundo referiu, continuam a faltar informações relativas ao financiamento proveniente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Felicitou o Município pelo facto de, no período a que respeita a informação em análise, não existirem pagamentos em atraso. Congratulou ainda a Autarquia pela abertura do novo polo de coworking em Barão de São João, destacando a importância deste tipo de equipamentos para o desenvolvimento das aldeias do Concelho. Recordou também a realização do Festival dos Descobrimentos, que decorreu no início de maio, classificando-o como um grande evento, e aproveitou para agradecer a todos os intervenientes nas comemorações do 10 de junho de 2025. Solicitou, depois, esclarecimentos sobre o ponto de situação do investimento municipal nas áreas da saúde e da educação, bem como do Forte da Ponta da Bandeira e dos respetivos molhes adjacentes. Questionou ainda o estado do património nacional, nomeadamente do Forte da Meia Praia e da Igreja de S. Sebastião. Por fim, pediu informações sobre o ponto de situação da adjudicação das esculturas que foi recentemente realizada.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu às diversas intervenções, esclarecendo vários temas de interesse. Relativamente à queda de água na Praia da D. Ana, explicou que este fenómeno ocorre sempre que chove com intensidade, dado que as águas pluviais das zonas da Ponta da Piedade e de Costa



Fl. 94v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Doiro desembocam na praia, tal como sucede em outras praias do concelho. No caso específico da chuva torrencial do dia 19 de junho, as bombas não conseguiram reter toda a água - incomum para a época - e a estação de tratamento, operada pela empresa Bewater, não conseguiu evitá-la por completo. Sublinhou que as pluviais apenas contêm águas sujas e óleos, sem esgotos, dado não existir ligação à rede nesse local. Após o evento, deslocou-se pessoalmente à zona para recolher informação e foi ainda feita uma análise da água, que se revelou própria para o uso balnear. Apontou que já são estudadas soluções, nomeadamente um eventual transvase, para evitar recorrências semelhantes no futuro. Justificou que o tratamento integral dessas águas tornaria o serviço de água muito mais caro e reforçou que, historicamente, o destino mais adequado do caudal pluvial é o mar, conforme acontecia antes da canalização. Sobre a Escola das Naus, informou que a obra está em curso, com o estaleiro montado e tapumes já colocados para permitir a instalação dos monoblocos que entrarão em funcionamento no próximo ano letivo. Alertou que, por efeito da expansão da Marina, o parque de estacionamento originalmente destinado à escola passou a apoiar a Marina. Contudo, está em estudo a intervenção no terreno pertencente à Docapesca, para que possa vir a existir um novo parque de apoio, dotado de alcatrão e marcação, mesmo com estudo de viabilidade para estacionamento de dois pisos ou com taxa de utilização. Sobre a ETAR, negou a ocorrência de descargas e garantiu que, desde o investimento de 20 milhões de euros e modernização da estação, o problema foi ultrapassado. O sistema inclui injeção de água para oxigenação durante os episódios pontuais de mau cheiro e periodicidade. Em relação às papelarias inteligentes, indicou que estão em fase de teste com uma empresa, com vista a expansão futura, considerando o custo elevado destas tecnológicas. No domínio da eficiência hídrica, afirmou estarem adjudicados cerca de 16 milhões de euros, com cerca de 10 milhões já em execução. Apesar da sua complexidade técnica e da escassez de empresas capacitadas, a execução prossegue com rigor. Quanto ao Corpo de Intervenção, explicou que os agentes estão presentes desde as cerimónias do 10 de junho, com rotações semanais, fortalecendo a presença policial e a sensação de segurança. Foi solicitado o reforço noturno, tendo o Município atuado também na redução do horário noturno para melhorar a segurança, sobretudo tendo em conta o tráfico de droga associado a zonas turísticas. Lamentou o desenrolar de assaltos, particularmente um caso em que o assaltante, já conhecido das autoridades e reincidente após término da prisão preventiva, roubou fundos de caixa e verba destinada a crianças carenciadas - situação amplamente divulgada e acompanhada. Sobre o sistema de CCTV, reconheceu que a sua implementação é demorada (cerca de dez anos em Albufeira), mas garantiu que foi assinado um protocolo em 2024 com o Ministério da Administração Interna. Após identificação de locais no concelho e instalação de fibra ótica, o município aguarda autorização ministerial, enfatizando que a perceção real da população é maior do que os habituais 500 mil habitantes, dado o turismo. Quanto ao projeto do Paul, explicou que, embora aprovado, não recebeu o aval da Infraestruturas de Portugal - sendo ajustado para afastar o tráfego da EN125. Sobre o aeródromo e o campo de tiro, indicou que, embora o projeto pudesse iniciar com o aeródromo, este já tem localização prevista, estando em negociação com a APA e



a CCDR. Uma empresa contactou vários municípios para expansão de aeródromos, gerando estudos com vista à deslocalização. Quanto à habitação, comunicou que está em curso um investimento de 50 milhões de euros, com 29 fogos concluídos (custo de 4 milhões), 18 em construção (2,5 milhões), 38 adjudicados (custo de 7 milhões), e um concurso em fase final (175 fogos) estimado em 33 milhões. No total, existem 46 milhões de euros cabimentados, não obstante ainda se aguardar confirmação de financiamento comunitário. Referiu um plano urbanístico para 500 fogos em Parceria Público-Privada para venda a custos controlados. Em relação à escadaria do Canelas, aguarda-se autorização da APA para intervenção. Quanto ao Forte da Ponta da Bandeira, explicou que, por se localizar na Zona de Proteção das Muralhas e Baluartes, carece da autorização das entidades competentes. Após vistoria e relatório preliminar, foi obtido um parecer favorável há cerca de quinze dias. Sobre o cais da Solaria, apesar de muitos esforços, a única resposta foi de que o concurso de desassoreamento está em curso. Relativamente ao Centro de Saúde, informou que o concurso será aberto em meados de agosto; os projetos estão aprovados e orçados em 10,4 milhões de euros, dos quais cinco milhões são financiados. Existem 90 milhões de euros em projetos ativos em diferentes áreas. Sobre proteção civil, afirmou que o plano sísmico intermunicipal, elaborado com a AMAL, visa preparar a região para situações extremas. Quanto à situação financeira, garantiu que não existem dívidas e os pagamentos são efetuados em média em três dias. O saldo de tesouraria permite a execução dos investimentos, ao contrário de outros municípios. Sobre o Festival dos Descobrimentos, considerou-o um enorme sucesso, destacando a parceria com o Japão. As comemorações de 10 de junho foram um exemplo de identidade “lacobrigense”; funcionários, forças de segurança e a própria Presidente da República elogiaram-no como o melhor 10 de junho do seu mandato. Sobre o Forte da Meia Praia, afirmou que enquanto o Revive continuar a dismantelar o património, não se poderá avançar. Em matéria cultural, destacou a geminação com Alcácer Quibir e a reciprocidade na denominação de avenidas. Mencionou ainda a escultura na rotunda de São Cristóvão, parte do projeto “Museu ao Vivo”, com arte urbana espalhada pela cidade.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão eram 0 horas e 6 minutos, da madrugada do dia 25 de junho de 2025, da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Maria Paula Dias da Silva Couto, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----



Fl. 95v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

.....
